

Nossos sonhos podem governar!

Plano de Governo do PSOL - Rio Claro/SP

Apresentação

Vivemos um momento de crise social, econômica e política no Brasil, que possui seus reflexos na nossa cidade. Nesse cenário, a desigualdade e as injustiças se agravam e o povo enfrenta dificuldades cada vez maiores.

Para sair dessa situação, precisamos renovar a política, o país e também a cidade. Precisamos superar os obstáculos desse momento difícil e construir novos caminhos e novos modelos de vida.

A luta pela justiça social, pela igualdade e pela liberdade vai muito além dos limites da cidade, mas a eleição para a prefeitura abre uma oportunidade de mudança. Se é verdade que a prefeitura não pode solucionar todos os problemas sozinha, é também verdade que ela pode melhorar a vida das pessoas, e avançar na construção de uma cidade onde a qualidade de vida e o acesso a direitos básicos sejam prioridade.

Para concretizar esse sonho, é preciso independência, força, coragem e criatividade. Independência diante dos velhos políticos e dos poderosos da cidade. Força e coragem para enfrentar com firmeza e coerência as barreiras que atravancam a mudança. E criatividade para pensar em novos modelos econômicos e novas formas de deliberação política.

Todas essas características estão presentes em nosso povo. Rio Claro precisa antes de tudo de políticas públicas produzidas com intensa participação da sociedade, a partir dos seus interesses e necessidades. Em especial, políticas que empoderem e priorizem as pessoas de baixa renda, a juventude, as mulheres batalhadoras e todos os grupos corriqueiramente marginalizados e excluídos da vida na cidade.

É preciso criar e valorizar os recursos e infraestruturas públicas, promover políticas de assistência social qualificadas e eficientes, e garantir saúde, educação, moradia, segurança, transporte, lazer, cultura e qualidade de vida para todos e todas, e não somente para quem tem condições de pagar.

Infelizmente, Rio Claro caminha no sentido oposto.

Os grupos que controlam a cidade e se revezam no poder transformaram a prefeitura em um gigantesco aparelho burocrático repleto de privilégios para poucos. Os políticos e partidos que fazem parte deste pacto de governabilidade colocam seus interesses privados acima do interesse público e sacrificam os direitos do povo.

Para piorar, os próximos anos ainda serão de continuidade da crise econômica e, portanto, de escassez de recursos. A lógica defendida pelos poderosos tem sido a de ajuste fiscal, de corte dos investimentos públicos e da capacidade do Estado promover serviços. Os políticos tradicionais tem defendido esse ajuste fiscal sob o título de “choque de gestão”.

A apropriação da cidade pela sua população como um todo, e não apenas dessa minoria, só ocorrerá se os movimentos sociais e populares, coletivos, associações de bairros e todos os cidadãos e cidadãs unirem-se para derrubar as barreiras da burocracia e da arrogância que distanciam o cidadão comum dos governos.

Precisamos todos juntos arrombar as portas das instituições que estão distanciadas do povo. Perceber que nós, população, somos a imensa maioria diante de uma minoria que sem nosso silêncio e passividade, não são nada.

O verdadeiro choque de gestão que precisamos é o de combate aos privilégios da minoria poderosa. Jamais o corte de direitos sociais básicos conquistados pela população.

Em dois momentos recentes da história do Brasil tivemos a prova de que os de baixo podem fazer tremer os velhos políticos: as manifestações de junho de 2013 e as ocupações das escolas estaduais em São Paulo em 2015 e 2016.

Em 2013 este processo deu um salto com as grandes mobilizações de rua, na luta que explodiu contra o aumento das tarifas de ônibus. Nós do PSOL de Rio Claro temos orgulho de ter sido uma parte desse processo.

Temos certeza que junho de 2013 não foi em vão. Os protestos por tarifa zero se transformaram em reivindicações contra os privilégios da casta política em geral e por medidas mais severas em defesa dos recursos públicos e contra a corrupção. Mesmo que, posteriormente, essa bandeira foi apropriada por grupos particulares e seletivos em suas críticas, essa é uma bandeira da qual não podemos nos privar.

Posteriormente, os ecos de 2013 se fizeram presentes nas ocupações das escolas. A juventude derrotou o governo Alckmin, derrubou um secretário que procurou impor de maneira autoritária o fechamento de escolas e salas de aula, e deu um exemplo de consciência política em defesa da educação.

Importante ressaltar que tais ocupações se deram em sua maioria por iniciativa independente e auto organizada pelos estudantes, rechaçando a apropriação e aparelhamento de partidos. E reivindicamos justamente esse espírito de auto organização e proatividade da juventude, como o espírito capaz de gerar uma nova sociedade e uma nova política.

Por todo o Brasil e em especial na nossa Rio Claro, vão continuar reverberando as demandas por transporte, educação, saúde, moradia e pelo direito à cidade. Direitos

que não foram atendidos pelos governos e estão mais vivos do que nunca como necessidades do povo e nas lutas dos ativistas.

Para chegar lá, nos inspiramos nos melhores exemplos do mundo atual. Na Espanha, as prefeituras de Barcelona e Madri mostram que é possível governar com uma plataforma anticapitalista, cidadã e democrática.

O fenômeno Bernie Sanders, no Partido Democrata dos Estados Unidos, um candidato contrário aos interesses de Wall Street, declaradamente socialista democrático, em pleno coração do capitalismo, mexeu com corações e mentes de milhões de estadunidenses, mostrando que o imprevisível já não é mais impossível, que está aberto o caminho para mudanças antes inimagináveis.

Aqui no Brasil, presenciamos a primavera carioca de 2012 que levou Marcelo Freixo a 30% dos votos pra Prefeitura do Rio. A vitória de Gelsimar Gonzaga para a prefeitura de Itaocara também inaugurou um novo modelo de gestão, com secretários e secretárias eleitos por voto popular, passe livre estudantil garantido de maneira quase imediata como direito aos estudantes da cidade e lisura nas licitações.

O caminho está aberto para uma onda transformadora, para uma verdadeira revolução política. Este é o desafio que propomos para Rio Claro.

O que apresentamos a seguir é fruto de um intenso estudo e debate e de uma apaixonada vivência da nossa cidade. Vivência essa contida nas rotinas e cotidianos de muitos rioclarenses, que na plataforma ou nos encontros presenciais do coletivo SE RIO CLARO FOSSE NOSSA compartilharam conosco seus desejos, suas indignações, suas necessidades e seus sonhos.

O processo segue aberto e o programa mantém-se em permanente construção, e seguirá aberto o canal de diálogo com a população e de enfrentamento aos desmandos da casta política, independente de quem venha a governar a cidade. *Uma versão mais completa e definitiva do nosso plano de governo estará disponível nas redes sociais na primeira semana de campanha*, e recomendamos fortemente que os interessados em conhecer nossas ideias procurem esse documento.

Repetimos: é tempo de coragem e criatividade, de superar obstáculos e construir novos caminhos. A eleição municipal de 2016 abre uma oportunidade para enfrentarmos este desafio e para que possamos colocar Rio Claro no caminho das transformações que o Brasil precisa.

Compartilhe e construa conosco esta mudança!

Princípios:

I. Gestão democrática

II. Economia para a justiça social

- III. Por uma cidade de direitos
- IV. Ecosocialismo e qualidade de vida
- V. Revolução na mobilidade urbana
- VI. Saúde gratuita e de qualidade
- VII. Segurança como responsabilidade do município
- VIII. Educação para a emancipação
- IX. Cultura como prioridade
- X. Esporte e Lazer
- XI. Anexo I - Diretrizes para a atuação no legislativo

Gestão democrática

Para que Rio Claro seja uma cidade verdadeiramente das pessoas que nela habitam e vivem, todas as práticas da prefeitura devem visar o **estímulo ao protagonismo colaborativo da população na transformação urbana (mutirões, campanhas, assembleias de bairro, organizações civis, eventos, etc.)**. Esse é o norte que guiará todo o presente plano de governo e as medidas nele propostas.

Para garantir uma política livre dos interesses particulares, das negociatas de bastidores e da corrupção, com cada vez mais controle social, transparência e participação direta, propomos como primeira medida central que **secretários e secretárias de setores relacionados diretamente à serviços públicos (educação, cultura, saúde, mobilidade, etc.) sejam eleitos pelo voto popular**, e não somente indicados pelo prefeito.

Essa eleição se daria da seguinte forma:

- 1ª etapa: indicação, por parte dos servidores municipais de cada setor/secretaria, de diversos nomes considerados aptos e de qualidade técnica para assumir o cargo de secretário/a;
- 2ª etapa: seleção, dentre os nomes indicados, daqueles que possuem afinidade política e programática com as ideias e princípios do nosso programa de governo
- 3ª etapa: votação pública dos nomes selecionados na etapa 2; os/as mais votados/as são indicados/as pelo executivo para assumir a secretaria, respeitados os critérios de paridade de gênero e raça estabelecidos nesse plano de governo.

As decisões centrais do executivo devem ser tomadas de modo a permitir a intervenção direta da população no processo, para isso se comprometendo com a **realização de assembleias deliberativas em espaços públicos** e convocando a população interessada diretamente nas pautas a serem nelas debatidas, por ex., a população da cidade como um todo, o funcionalismo público dos setores envolvidos pelas decisões, os bairros atingidos pelas deliberações e etc.

Com o mesmo objetivo, os conselhos municipais devem ser fortalecidos, privilegiando-se a transformação dos **conselhos municipais em conselhos deliberativos formados por maioria absoluta da sociedade civil**. E da mesma

forma, **um maior uso dos instrumentos de plebiscito e referendo** também permitiria que em temáticas de interesse coletivo prevaleça a vontade popular, e não apenas a ingerência do poder público, muitas vezes desconectada com as reais necessidades e interesses das pessoas. Tendo como referência a proposta da Rede Nossa São Paulo, propomos igualmente para Rio Claro que as **grandes obras públicas sejam antes aprovadas por meio de plebiscito**.

Tanto quanto nas medidas serem tomadas, a transparência na prestação de contas das decisões já tomadas e concretizadas deve ser prioridade. Nos comprometemos a realizar a **prestação de contas quadrimestral em praça pública, em horário, local e formato acessíveis à população**. Atualmente, a prefeitura a realiza em pleno horário comercial na câmara do município, sem a presença de todas as secretarias e em formato ora excessivamente informal, ora excessivamente técnico, dificultando a compreensão da população.

A proposição de projetos de lei, hoje, está completamente presa a atuação de vereadores/as na câmara. Já os projetos de lei de iniciativa popular até podem ser apresentados, porém o alto número de assinaturas necessárias atreladas a obrigatoriedade de título de eleitor e outros dados são uma barreira a efetivação desse direito democrático. Para empoderar cada vez mais a população de maneira direta na atividade legislativa, propomos que seja possível a apresentação de **projetos de lei de iniciativa popular com assinaturas recolhidas virtualmente**, facilitando o processo.

A democratização da política se dá de maneira muito mais eficiente e concreta se utilizamos a tecnologia disponível à serviço da participação ativa da população. Pode-se investir ainda mais no **desenvolvimento de aplicativos e portais de participação popular, transparência e fiscalização do executivo e legislativo**. Tais aplicativos e portais poderiam servir, por exemplo, para a **disponibilização de todas as listas de esperas por vagas na internet** (como vagas em creches ou para o programa habitacional) e a **divulgação digital e ampla do diário oficial por novos meios**. Fundamental também o **incentivo à criação e fortalecimento de mídias públicas e comunitárias de controle social**, para que a circulação de informações, ideias e conhecimentos sobre o município se processe de maneira mais ampla e independente.

Uma gestão verdadeiramente democrática é aquela que garante a participação e o reconhecimento de todos e todas. Por isso defendemos como prática do executivo, em suas secretarias e departamentos, a **garantia de auto representação coletiva de etnias, raças, religiões, gêneros, classes, grupos, movimentos sociais e etc**. Parte fundamental desse processo é o comprometimento com a **paridade de gênero na composição de secretarias**, bem como a **reserva de 30% dos cargos políticos para afro-descendentes**. A garantia de representatividade nesses grupos na política é uma questão de justiça social e promoção de inclusão na política.

Economia para a justiça social

O primeiro compromisso de um governo que se proponha a revitalizar o orçamento da prefeitura e enfrentar os desmandos dos poderosos da cidade deve ser a **auditoria imediata dos contratos da prefeitura para com empresas privadas** (como com a Parceria Público-Privada do DAAE com a Odebrecht Ambiental, com a empresa de transporte público, com a empresa de coleta seletiva, com organizações da sociedade civil, enfim, com todas as empresas que prestam serviços à prefeitura ou por meio de contratos com ela atendam a população).

Outra fonte cada vez maior de desigualdade social é a concentração de propriedades no espaço urbano, que dificulta e limita o acesso à moradia. Para combater isso, é necessária a **aplicação de cobrança do IPTU de modo progressivo**, para que quem acumule imóveis que não sejam destinados ao seu uso social pague mais recursos e, dessa forma, a especulação imobiliária desestimulada e combatida. Do mesmo modo, propomos a **limitação da propriedade de imóveis em 5 imóveis no município**. Também é necessária a **atualização da planta genérica de valores**, para tornar a referência de cobrança do IPTU mais justa e equilibrada.

Para seguir revitalizando novas fontes orçamentárias sem perder de vista a justiça social, propomos **revisar e dar continuidade da política de cobrança dos devedores para com o município**, com foco na cobrança dos grandes devedores e sem deixar de revisar e repensar as formas de cobrança de dívidas com base na função social das atividades, propriedades e bens dos devedores.

Outro ponto central da economia na prefeitura e do combate aos privilégios é a **redução de cargos comissionados** (hoje, segundo o sindicato dos servidores municipais, mais de 600 cargos), bem como a **substituição de parte dos cargos de indicação para cargos por concurso público**. Sabemos que a redução a ser feita é preciso e possível que seja drástica, porém o número exato de cargos dependerá de nosso debate com o funcionalismo público e nossa avaliação ao assumir as contas da prefeitura. Também propomos **estabelecer um teto percentual da folha de pagamento para os gastos com cargos comissionados**. Outra medida absurda e desproporcional foi aprovada no último ano de gestão do governo Du Altimari e propomos sua imediata revogação: a **permanência do salário de comissionado para o funcionário público que retorna ao seu cargo de origem**. Por fim, nossa bandeira sempre foi a de **redução dos salários dos políticos, tanto de prefeito e secretários como de vereadores e seus assessores**, e nos engajaremos tanto com nossos mandatos na câmara quanto no planejamento estratégico do executivo para concretizar essa medida.

Parte fundamental da revitalização da economia é a **valorização do funcionalismo público**, em substituição a cargos indicados e comissionados. Os servidores e servidoras já sofreram nos últimos anos com o descaso da prefeitura diante de seus direitos e as perdas salariais em comparação com o encarecimento do custo de vida. Precisamos a partir de agora garantir a **reposição salarial aos servidores municipais, com o percentual mínimo da inflação do período**. Também é necessária a **revisão da reforma administrativa**, bastante criticada por ter gerado e por não estabelecer de maneira justa e plenamente isenta os critérios de

avaliação e desenvolvimento na carreira. Por fim, a situação da dívida da prefeitura com o IPRC chegou a níveis inaceitáveis, e é indispensável a partir de agora, logo no primeiro ano de governo, o **compromisso com o pagamento do IPRC de maneira regular e o parcelamento da dívida adquirida pelo atual governo.**

No momento de crise econômica em que vivemos, é necessário pensar em saídas criativas para o dinamismo da economia e para restabelecer a renda e o poder de compra dos trabalhadores e trabalhadoras. Propomos tratar como prioritária a economia local, estimulando a manutenção da renda e dos recursos na cidade. Para isso, propomos como medida do executivo **priorizar nos contratos e prestações de serviços empresas locais de pequeno porte.** Assim como a **efetivação e estímulo do uso da lei de incentivo fiscal pelas empresas da cidade,** permitindo que mais recursos sejam destinados diretamente a iniciativas fundamentais e de interesse coletivo. Do mesmo modo, o executivo precisa de um **programa de capacitação de trabalho ampliado e fortalecido,** a partir do já existente. Também cabe ao executivo desburocratizar e estimular as iniciativas de trabalho individual, como com a revisão do ISSQN e a autorização e regulamentação de atividades hoje não plenamente estabelecidas e legalizadas pelo poder público (citamos como exemplo os Food Trucks, o serviço de moto-táxi, aplicativos de transporte individual como Uber, entre outros).

Para além das atividades econômicas corriqueiras, deve-se buscar a **priorização do incentivo às cooperativas locais, à economia colaborativa e à economia solidária.** Assim como existe a incubadora de empresas, a **criação e fortalecimento de uma incubadora de cooperativas** (a ser concretizada em um Centro Público de Economia Solidária com infraestrutura e equipe de funcionários) deve promover um novo modelo de prática econômica mais justa, horizontal e dinâmica. Outros municípios do Brasil também tiveram experiências inovadoras com a **adoção de uma moeda social/solidária em eventos e em estabelecimentos parceiros locais.** Essa moeda pode se tornar realidade generalizada se adotada em aliança com os recursos tecnológicos, como um aplicativo de celular que permita a transferência direta de créditos entre prestadores de serviços e consumidores. Há casos de municípios em que a adoção de moeda solidária foi fundamental para a melhoria dos índices de segurança e poder de compra. Importante publicizar que nos comprometemos com a **assinatura da carta compromisso com o Conselho Municipal de Economia Solidária - COMES,** carta na qual estão enumerados 9 tópicos considerados essenciais por esse conselho para a permanência e desenvolvimento da economia solidária municipal, e com os quais o PSOL se compromete tanto a aplicar no poder executivo como fiscalizar o seu cumprimento por meio de seus mandatos no legislativo.

Finalmente, o mais importante e que está sob o poder direto de deliberação da prefeitura: o **fim da política de encarecimento das taxas e tarifas dos serviços básicos.** Diante do aumento incessante e questionável de tarifas como a de transporte público, de água e esgoto e de energia com pouco controle social e transparência, deve-se buscar o **congelamento das tarifas até que todos os contratos sejam auditados e devidamente revisados.** Em particular, defendemos a **revogação da taxa de iluminação pública e substituição por uma outra forma**

mais justa, legítima e progressiva de cobrança, muito diferente do que foi feito pela atual gestão.

Por uma cidade de direitos

O momento em que vivemos exige da Prefeitura disposição para enfrentar o ciclo de violência, desigualdades, machismo, racismo e LGBTfobia. Precisamos de um mandato indiferente às diferenças, ou melhor, que promova inclusão social e proteja, por meio de políticas públicas, os grupos considerados minoritários, mais vulneráveis à violências e discursos de ódio.

É na cidade que os estupros (1 por semana em Rio Claro, segundo a Secretaria de Estado da Segurança Pública), acontecem; é na cidade que o mercado do tráfico disputa crianças e jovens com os bancos de vagas das escolas.

A educação das crianças deve ser garantida desde a creche, possibilitando que as mães consigam trabalhar, promovendo a **ampliação das vagas na educação infantil a partir da criação de um plano emergencial na rede municipal de educação**.

E não basta somente respaldar a educação, sem proteger os direitos da criança e do adolescente dentro e fora da escola (ambiente externo a escola que, inclusive, afeta diretamente o rendimento educacional). Isso se dará por meio do **investimento nas condições de trabalho e na infraestrutura dos Conselhos Tutelares**.

Faz-se necessária também a viabilização de uma emancipação do/a próprio/a jovem para com suas competências e direitos na sociedade. A Guarda Mirim realiza esse trabalho, mas ainda somente visando a inserção no mercado de trabalho precarizado e pouco qualificado. Defendemos uma **Guarda Mirim prioritariamente voltada à questões ambientais, culturais, educacionais, cidadãs e assistenciais, como trabalho de formação remunerado**.

O Brasil é o quinto país que mais mata mulheres no mundo, segundo dados da OMS. A cultura do estupro em que vivemos relativiza o crime, culpabilizando as vítimas dessa forma de violência urbana. Pois é no município que as mulheres não saem a noite sozinhas por medo de serem violentadas, é no município que as mulheres não conseguem sair de situações de violência doméstica por falta de amparo, e onde a educação descomprometida com a igualdade de gêneros e sexos reforça essas opressões.

Precisamos combater a cultura de ódio e a opressão de gênero, promovendo **campanhas educativas contra o machismo e atividades de combate à violência contra a mulher nos bairros**, de forma preventiva, juntamente da educação para a igualdade e respeito.

A longo prazo, a tendência é reduzir os índices de agressão, mas de imediato é necessária a **criação de uma Casa Abrigo para acolhimento de mulheres vítimas de violência**, por meio da concessão de um prédio da prefeitura e apropriação do mesmo para o acolhimento provisório de mulheres em situação de violência doméstica e/ou perseguição e **a capacitação de funcionários públicos para lidar com ocorrências de violência de gênero**.

Na intenção de facilitar as denúncias, visamos também **criar um aplicativo para a denúncia de violência e assédio contra as mulheres**, junto da **pressão ao estado para a reativação imediata da Delegacia de Defesa da Mulher**.

As mulheres não são o único grupo atingido por desigualdades e violências. A população LGBT, as negras e negros são grupos atingidos cotidianamente por meio dos insultos, piadas, agressão física e discriminação nos locais de estudo, de trabalho e de lazer, muitas vezes sendo excluídos totalmente por esses fatores.

Defendemos a **criação da Lei Municipal Antidiscriminação** contra mulheres, idosos, população negra e LGBT, a ser afixada em todos os equipamentos públicos municipais e estabelecimentos comerciais. Entende-se, aqui, como discriminação o constrangimento/exposição ao ridículo; proibição ou cobrança extra para ingresso ou permanência em local de acesso ao público geral; atendimento diferenciado ou selecionado; preterimento quando da ocupação e/ou imposição de pagamentos de mais de uma unidade nos casos de hotéis, motéis ou similares; preterimento em aluguel ou aquisição de imóveis para fins residenciais, comerciais ou de lazer; preterimento em exames, seleção ou entrevista para ingresso em emprego; preterimento em relação a outros consumidores que se encontrem em idêntica situação e adoção de atos de coação, de ameaça ou de violência. Será, portanto, infrator da Lei a pessoa que, direta ou indiretamente, tiver concorrido para o cometimento da infração. Entre as sanções previstas, estão multa, suspensão ou cassação de alvará para estabelecimentos e suspensão ou afastamento para agentes do poder público.

O Brasil é responsável por 50% das mortes da população transexual no mundo – um verdadeiro escândalo. Nessa população, a expectativa de vida não passa dos 30 anos, comparados aos 75 anos da população geral. Na intenção de garantir a inclusão social adequada às pessoas transgêneras e transexuais, visamos a **implementação do Programa Transcidadania, visando o reconhecimento, a qualificação e a dignidade de travestis e transexuais**, juntamente do **direito à identidade e ao nome social garantido por lei**, que assegura o tratamento a travestis e transexuais com o nome social, em órgãos privados, públicos ou administrados indiretamente pelo município, direito à utilização de seu nome social constante na Carteira de Nome Social (decreto estadual n 49.122/2012);

Como se não bastasse, nosso país é o que mais mata LGBTs no mundo – um a cada 27 horas, segundo relatório do Grupo Gay da Bahia. Nesse sentido, defendemos a **criação de um centro municipal de cidadania** - por meio da disponibilização de um espaço da prefeitura em desuso - que atenda a população de Idosos, Negras e Negros, LGBT e Mulheres. Um espaço que possa concentrar

os serviços a estas comunidades, acolhendo as denúncias e encaminhando suas demandas nas mais variadas áreas.

Na periferia, todos os problemas urbanos se agravam, ainda mais quando interligados ao preconceito racial. A segregação espacial e racial dificulta o acesso igualitário à cidade e à educação, especialmente às mulheres, que trabalham longe e cuidam da tarefa de criar os filhos praticamente sozinhas por uma imposição social. Para tanto, advogamos a **promoção e investimento na formação auto organizada de grupos e associações de mulheres negras nas periferia, juntamente do combate à intolerância em relação às religiões (a todas elas, sem distinção)**, uma vez que, num Estado Laico, que deve posicionar-se com neutralidade perante à diversidade religiosa, não atacando e reduzindo religiões tradicionais de cada povo.

Ainda no assunto inclusão a direitos básicos, prezamos também a **internet gratuita verdadeiramente em funcionamento e garantida em todos os bairros da cidade**, com enfoque nos espaços públicos e regiões periféricas, possibilitando a ampliação do acesso à informação à população como um todo - e não se concentre nas mãos da minoria que consegue pagar por um serviço particular.

Por fim, uma cidade de direitos é minimamente uma cidade na qual as pessoas possam nela habitar. É urgente a prefeitura desenvolver um planejamento para o **fim do déficit de moradia, com uma solução local e independente de construtoras e empreiteiras corruptas**. Essa solução pode e deve estar atrelada a uma nova concepção de cidade, na qual o direito a moradia venha assegurado com outros direitos e serviços públicos e também a qualidade de vida. Propomos a **construção de habitação popular por meio de mutirões**, medida pioneira e exemplar adotada por Luiza Erundina no período em que foi prefeita de São Paulo. Bem como a **apropriação de terrenos/construções da prefeitura em desuso para abrigar as/os sem teto**.

Uma cidade de direitos sociais e coletivos é uma cidade com plena assistência social a quem precisa. Viabiliza-se dessa forma o direito a cidadania, desenvolvendo políticas setoriais visando o combate a pobreza e a garantia dos mínimos sociais através da transferência de renda e a universalização dos direitos sociais.

Para a universalização da assistência social como um direito é necessário a **interligação da assistência social com as políticas públicas de Educação, Saúde, Esporte e Cultura**.

Pensando em grupos específicos, **humanizar os serviços de abrigos e albergues e repensar critérios de inclusão**, tornando-os mais flexíveis e adequados à realidade de quem vive nas ruas.

Quanto aos **Centros de Referência em Assistência Social** - que executa serviços de proteção social básica, mapeando pontos de atuação - , defendemos a **adequação d, aumentando a quantidade de funcionários**, medida necessária

para suprir a demanda de atendimentos. Bem como a **equipação com um veículo e respectivo motorista para cada Centro**, facilitando as visitas às famílias.

O mesmo será feito com as equipes do CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social, contemplando o atendimento da demanda por meio do aumento quantitativo e qualitativo.

Quando o assunto é acessibilidade, percebemos que o mercado de trabalho, as escolas e o próprio funcionalismo público não são preparados e planejados para garantir a inserção plena das pessoas com deficiências. Propomos, nesse sentido, **rampas de acessibilidade nas calçadas por toda cidade, e revisão das construídas de maneira inadequada na região central**. O projeto deve ser construído em parceria com o Conselho Municipal dos direitos das pessoas com deficiência e entidades da sociedade civil.

Junto disso, **a capacitação do funcionalismo público em linguagens de libras**, permitindo o atendimento à deficientes auditivos.

E, por fim, **a criação de um programa de capacitação e inserção no mercado de trabalho voltado especificamente para as pessoas com deficiência**, emancipando e garantindo igualdade e inclusão.

Ecossocialismo: justiça ambiental, ecológica e animal

Vivemos um momento crítico para o equilíbrio do planeta, pois extraímos mais matéria-prima do que a Terra é capaz de regenerar. Nos últimos cinquenta anos, os humanos desmataram mais do que em toda a história da nossa civilização. Para recuperar os recursos naturais que foram perdidos, precisamos investir nossos esforços e conhecimentos em projetos e leis que corram contra o tempo, pois quando a Terra é afetada, todos humanos pagam o preço, que é ainda mais caro nos locais mais carentes, ficando sem água, sem comida, sem moradia, com uma qualidade do ar comprometida, etc.

Os governos municipais, estaduais e federal ainda insistem em caminhar no sentido contrário, impondo leis que cada vez mais agridem o planeta, com o uso de alta tecnologia para desmatar, através de negociações bilionárias com grandes corporações. Os interesses sociais são deixados de lado, pois o foco é o lucro e o crescimento econômico de uma minoria privilegiada, e não o bem-estar da maioria das pessoas.

Acreditamos que, na esfera municipal, podemos criar mecanismos ambientais para fiscalizar a aplicação das leis vigentes e também criar novas leis, se forem necessárias. Isso permitirá, em uma escala municipal, melhorias no micro-clima, beneficiando todos os munícipes e em uma escala estadual e federal, serviremos de exemplo de medidas conservacionistas; e, por fim, numa escala planetária, faremos nossa parte enquanto espécie humana, que depende da natureza para continuar existindo.

A primeira medida, medida inclusive prioritária para quem defende uma Rio Claro pautada pela qualidade de vida de todos e todas, é o comprometimento com a **proteção e preservação do horto florestal**, que hoje se encontra sucateado, tanto pelo município quanto pelo estado. A área é um ponto turístico da cidade, que recebe milhares de visitantes ao mês, mas vemos dia após dia sua estrutura se deteriorar, por culpa de interesses privados sobre a área. A floresta é uma área de manejo sustentável, mas mesmo assim a extração madeireira segue avançado dentro de suas cercas, sem uma efetiva fiscalização do governo.

A imensidão da cobertura vegetal se equipara à malha urbana do município, fato que ajuda a controlar a temperatura dos bairros vizinhos e também a preservar espécies endêmicas da região. Quando cuidamos e investimos no horto da cidade, cuidamos da nossa qualidade de vida, do futuro de nossas crianças e da longevidade do nosso planeta.

Vamos lutar pela **municipalização do Horto e uso do Manejo Sustentável como fonte de recursos para o município**, para avançarmos na geração de empregos e crescimento econômico, porém sem a geração de poluição. A **revitalização do parque Lago Azul** irá recuperar um dos cartões postais da cidade, que hoje se encontra poluído. O **uso do turismo cultural e ecológico do Lago Azul e da área do horto florestal** é, além de um dever da secretaria de turismo e meio ambiente, um direito de todos e todas. A prefeitura deve caminhar nesse sentido, e não no sentido de sucatear o patrimônio natural em nome de interesses especulativos.

Na zona urbana, a ausência de árvores, somada à impermeabilização do solo (com o asfalto) e o calor do motor dos veículos, criam um fenômeno chamado “ilha de calor”, no qual a cidade concentra um grande pacote de ar quente, aumentando a temperatura e a sensação térmica do município, causando desconforto e problemas de saúde aos cidadãos.

Para barrar o fenômeno da ilha de calor, vamos dar **incentivo e capacitação para a agricultura urbana, a permacultura, a agricultura familiar e a agroecologia**, promover a **ocupação de áreas baldias para a agricultura urbana orgânica e uso de parte da produção na merenda escolar**. Precisamos **padronizar o teto branco para antigos empreendimentos**, pois a cor branca é a que absorve menos calor, tornando assim as casas mais agradáveis para seus moradores.

Quando pensamos em mudanças de comportamento e visão de mundo da nossa população, temos que trabalhar com **educação ecológica (ambiental e animal) obrigatória na educação do município**, para que as futuras gerações aprendam a utilizar os recursos do planeta Terra, sem destruí-los, não repetindo o erro que nossos gestores estão cometendo. Vamos incentivar o pensamento sustentável através da **isenção parcial de IPTU para iniciativas de preservação ambiental e proteção animal, agricultura familiar, permacultura urbana, plantio de árvores, etc.**

No que tange o problema habitacional, temos visto no governo atual uma necessidade em construir desesperadamente novas moradias e entregá-las, sem considerar fatores ambientais e sociais desses projetos. Não adianta entrega imóveis em áreas que ficam próximas à estações de tratamento de esgoto, em áreas onde não existem praças, próximas a indústrias e demais percalços. Acreditamos que a prefeitura pode trabalhar em parceria com as famílias que hoje amargam nas longas filas do “Minha Casa, Minha Vida”, porém sem atender a interesses especulativos dos concentradores de imóveis, que através de seus negócios e interesses decidem onde a comunidade mais carente deve morar.

Vamos criar **condomínios agroecológicos de habitação popular**, para resolver dois problemas em uma só atitude: a busca pelo fim da fila habitacional e criar um novo padrão de loteamento, diferente dos moldes praticados pelas empreiteiras, um padrão que valorize as pessoas e desenvolva mecanismos de proteção e extração sustentável dos recursos naturais. Esses condomínios servirão de pilotos para projetos escolares e feiras de ciências que busquem o desenvolvimento de **microssistemas de geração de energia**, que hoje são comuns em ecovilas. Vamos estipular um percentual **mínimo de arborização por terrenos baldios ou ainda não construídos**, incentivando o reflorestamento das cidades. Nesse novo padrão de construções vamos implementar a **criação de teto verde e cisterna para novos empreendimentos**, resolvendo o problema de enchentes de uma maneira simples: reduzindo a água que as casas enviam para as ruas. **A criação de hortas orgânicas urbanas também em espaços públicos, garantirá a participação de pessoas sem-teto, viabilizando a conscientização ambiental e auto-sustento alimentar**, além do nosso **plano de arborização com árvores frutíferas**, no qual a oferta de alimentos saudáveis vai aumentar, tornando o acesso universal e evitando que pessoas mais carentes passem fome na nossa cidade.

Através desses projetos, buscamos criar uma cidade com **menos cimento, mais drenagem e mais arborização**, onde os humanos possam desenvolver suas atividades, sem contudo destruir nosso habitat e nem afetar os ciclos naturais.

Quando pensamos no meio ambiente, temos que pensar também nos demais animais que fazem parte da vida na cidade: cachorros, gatos, cavalos, etc. Se a cidade é hostil para esses animais, logo torna-se hostil para os humanos, pois dividimos o mesmo espaço e somos afetados pelos mesmos problemas. A reprodução incontrolada de cães e gatos nas ruas faz com que um casal de cachorros se torne mais de 600 filhotes em 2 gerações; em 3 gerações o número de cães abandonados sobe para 500 e em 4 gerações ultrapassa a cifra de 4 mil cães. Em uma geração humana, cabem mais de 15 gerações caninas, ou seja, na nossa vida passarão pela cidade centenas de milhares de cães, sem que para isso tenham pessoas o suficientes para cuidá-los. Para resolver o problema dos animais abandonados pelas ruas, que hoje é notável em qualquer região da cidade, faremos o **Castramóvel da prefeitura**, que visitará os bairros levando castração gratuita para todos. Assim teremos uma cidade com menos animais e conseqüentemente mais animais bem cuidados, já que hoje a população dos animais domésticas está fora de controle.

Além da castração, precisamos de um **Departamento de proteção animal estruturado, com equipamento e funcionários para atender não apenas animais domésticos, mas também de grande porte.** Também buscaremos a criação de uma **Unidade de saúde animal, coordenada pela prefeitura e mantida com parcerias com OSCIPs e sociedade civil a preços populares.**

Outro problema que consideramos é o alto consumo de carne, principalmente no público infantil, o que tem causado obesidade e problemas de saúde em nossas crianças. Verduras, frutas e legumes são cada vez mais ausentes no gosto popular infantil. Temos que trabalhar no sentido da reeducação alimentar, balanceada e nutritiva, que irá garantir um adulto saudável e sem dependência de remédios, além de salvar milhares de vidas animais, evitar o desmatamento e esvaziar as filas dos hospitais. O **Projeto segunda sem carne nas escolas, com incentivo à alimentação sem exploração social, ambiental e animal, com foco no debate sobre direito animal e saúde humana** será o meio que nos levará a esse fim.

Os animais surgem no problema urbano também quando vinculamos à exploração pelo uso da força animal. As carroças agridem não somente os animais, mas também seus condutores, que trabalham numa condição de subemprego à margem dos direitos trabalhistas. O trânsito na cidade também fica caótica em decorrência dos veículos de tração animal que hoje caminham lado a lado com caminhões, ônibus, bicicletas e pedestres. As ruas terminam suja de dejetos do animal, e o cavalo termina sua jornada açoitado, cansado e escravizado. **Vamos promover o fim das carroças, com formação profissionalizante para os antigos carroceiros,** através de projeto com parceiros e mecanismos para a inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho

O descarte de materiais e uso do solo são peças fundamentais para o equilíbrio ambiental, por isso buscaremos a **limitação e regulação da atividade mineradora no município e o incentivo ao fortalecimento e autonomia da coleta seletiva e seus trabalhadores.** Também a **proteção das nascentes e revitalização das vias fluviais** será garantida através da fiscalização do SEPLADEMA, com **maior fiscalização ambiental e aplicação de multas mais rígidas** para os maiores poluidores. Assumimos o compromisso de plantar **uma árvore por eletrodoméstico** produzido na cidade.

A **ampliação de ecopontos** será realizada de maneira que atenda a todos os bairros. O sistema de lixeiras subterrâneas irá garantir de que o lixo não fique exposto pelas ruas, além de permitir o remanejamento de profissionais da limpeza urbana para projetos que busquem debater o descarte e suas implicações, garantindo uma condição de trabalho melhor e uma formação na área ambiental, que se faz necessária. Vinculado ao transporte público, criaremos pontos de ônibus com coleta de lixo seletiva e teto verde, garantindo o conforto e dignidade dos passageiros que utilizam esse meio.

Acreditamos que nossa cidade pode fazer seu papel básico em relação à natureza, que é utilizá-la sem destruí-la. Acreditamos que podemos ser referência na construção de projetos ambientais em parceria com a UNESP, que hoje conta com

cursos na área de meio ambiente, esportes e educação, mas a prefeitura ignora a presença do campus na cidade. Acreditamos que juntos podemos criar condições dignas para nossas crianças poderem usufruir do planeta ao qual pertencem, e quem vem sendo atacado a cada segundo.

Temos condições naturais para suprir as principais demandas da nossa cidade, mas para isso precisamos de inteligência e conhecimento na área ambiental, com autonomia partidária em relação aos controladores que sempre governaram nossa cidade.

Revolução na mobilidade urbana

O direito de ir e vir é um de nossos direitos fundamentais. E muitas vezes isso se complica por diversos fatores: desde o trânsito que aumenta com a progressiva veneração ao carro (e o status que se agrega com ele), até a má iluminação dos pontos, que não fazem com que mulheres e LGBTs se sintam seguras, pensando que, em Rio Claro, dados indicam que os casos de estupros no município chegam a 1 por semana. Construir e promover ações para desenvolver a mobilidade urbana em nosso município passa por pontos específicos como a **iluminação em todos os pontos de ônibus da cidade**.

A **cobertura de todos os pontos os pontos de ônibus com tecnologia eco-sustentável** torna-se oportuna pois visa proteger e acolher os usuários de chuvas e calor assim como o **mapeamento de acessibilidade e mobilidade nas instituições públicas** facilitando e otimizando a vida dos munícipes.

É premissa em qualquer instituição séria, seja ela pública ou privada, a prática de auditorias de contratos. Essa prática constrói transparência e visa fortalecer as relações de contratos e parcerias. É parte desse programa de governo a **auditoria do contrato com a Rápido São Paulo e avaliação do cumprimento do mesmo de maneira continua** assim como o **congelamento das passagens de ônibus até a auditoria do contrato, e redução da tarifa de maneira continua até que atingir a tarifa zero a toda a população** com destaque para a implantação da **tarifa zero para estudantes até o segundo ano do governo**.

A mobilidade urbana se constitui atualmente em um enorme desafio de gestão para os municípios. Possuir um automóvel nos dias de hoje já não é sinônimo de rapidez e praticidade, pelo contrário, o cidadão ainda tem como obstáculo os custos de manutenção além de aliar essas condições a problemas ambientais (poluição gerada pela fumaça) e ocupação do espaço público. Uma das preocupações desse programa de governo visa promover uma **maior integração e interação entre todos os sistemas de transporte coletivo, alternativo e privado**.

A **reestruturação dos trajetos da ciclofaixa** pela cidade, ampliando-as nas periferias, viabilizando não somente a conexão com o centro da cidade, mas também a livre circulação nos bairros com segurança assim como a **regulamentação dos moto-taxis e serviços aplicativos de mobilidade urbana**

como o UBER se constituem como avanços na discussão e fomento de uma política que promova a mobilidade aliada a conceitos ambientais e a geração e diversificação de produtos e serviços.

Saúde

A municipalização da Saúde e a estruturação do Sistema Único de Saúde (SUS) em todo o país são resultado de lutas da população desde 1970, lutas que construíram as Conferências Nacionais de Saúde, atuaram na Constituinte de 1988 e evoluíram para a criação da Conferência e do Conselho Municipal de Saúde.

O SUS municipalizado é uma das conquistas mais importantes do movimento pela redemocratização do Brasil. Porém, esse processo que transferiu a gestão dos serviços às prefeituras restringiu, ao mesmo tempo, o acesso aos recursos necessários para o pleno atendimento à população. O SUS é portanto, o resultado de uma longa luta social, que ainda não acabou, pelo direito à Saúde universal, gratuita e de qualidade.

Em Rio Claro um dos serviços públicos mais mal avaliado pela população é a saúde. O governo municipal deve priorizar o cuidado com a vida das pessoas, a melhor forma de aumentar a qualidade da saúde no município é priorizando atenção básica, através da **ampliação das equipes do Programa de Saúde da Família** atendendo toda a população da cidade e do campo, **conclusão das obras das Unidades Básicas de Saúde em andamento ou paralisadas e construção de novas Unidades Básicas de Saúde.**

O governo municipal deve manter um **plano de reforma e estruturação das Unidades de Saúde existentes**, garantindo equipamentos necessários e condições de trabalho adequadas aos funcionários, assim como garantir **a higienização adequada dos estabelecimentos de Saúde**, oferecendo um atendimento humanizado e de qualidade a população.

Recentemente nosso município passou por um surto de dengue que poderia muito bem ter sido evitado com políticas integradas de prevenção mais eficiente. Esse surto acabou evidenciando a necessidade de **melhorar as ações de combate ao mosquito Aedes aegypti, com valorização dos profissionais e adequação do número de agentes de combate às endemias, e ampliação das campanhas preventivas já existentes.**

O governo deve construir com a população e manter uma **política municipal de saúde preventiva por meio de campanhas socioeducativas de saúde nas escolas, nos CRAS, nos centros comunitários e demais ambientes públicos.**

O último dado divulgado em 2014 apontou um aumento de 40% nos casos de AIDS no município de Rio Claro em relação ao ano de 2013, com os índices em crescimento no município e visando a importância dos dados é necessário priorizar a **contratação de agentes de prevenção e ampliação das campanhas de combate a doenças sexualmente transmissíveis.**

Ainda na questão preventiva, **incentivar a ampliação dos convênios entre o departamento de Educação Física da UNESP e a prefeitura.** E que sejam descentralizados da universidade programas como o PROFIT (preventivo à doenças em idosos, partindo-se do fortalecimento físico e melhora do condicionamento) e PROEFA (reabilitação e desenvolvimento de deficientes físicos e mentais, visando a sua inserção na sociedade e ressocialização), bem como ampliação de divulgação sobre os programas que atendem crianças e adolescentes, garantindo maior adesão à tais.

O acolhimento com classificação de risco é um instrumento de humanização ao atendimento, que visa estabelecer mudanças na forma de atendimento dos usuários, sendo capaz de acolher o cidadão e garantir a ele um melhor acesso aos serviços de urgência e emergência, contudo em Rio Claro a população sofre com a espera do atendimento, para isso é necessário garantir a **redução do tempo de espera no sistema de saúde por meio da contratação de profissionais, assim como reorganização do sistema.**

Aumento da oferta de consultas com especialistas afim de encaminhá-los a um atendimento ideal de acordo com as necessidades de suas demandas, reduzindo o tempo de espera das consultas e a **Ampliação de leitos hospitalares** acabando com o cancelamento de cirurgias eletivas por falta de leitos.

A saúde é um direito social garantido a todos conforme a constituição federal, porém deve ser assegurado de maneira prioritária às crianças e aos adolescentes, evidentemente, por sua condição peculiar de desenvolvimento e as peculiaridades que dela decorrem para a formação psíquica e física de maneira saudável conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente. Para que de fato isso ocorra o governo municipal deve ter o compromisso de **estruturar e equipar com recursos humanos e físicos os serviços de atendimento: CRIARI, CAPSi e CHI Princesa Vitória.**

O movimento da luta antimanicomial faz lembrar que como todo cidadão, as pessoas com transtorno mental também têm o direito fundamental à liberdade, o direito a viver em sociedade, além do direito a receber cuidado e tratamento sem que para isto tenham que abrir mão de seu lugar de cidadãos. Para o **fortalecimento da luta antimanicomial** é necessário debates e mobilizações junto a população, proporcionando a conscientização dos direitos dessas pessoas e a desconstrução de preconceitos.

Segurança como responsabilidade do município

A cidade de Rio Claro está entre as mais violentas do estado de São Paulo. Além da violência através da marginalidade, temos visto uma imensidão de casos de violência doméstica (infantil, contra idosos e contra as mulheres), violência por parte do Estado (abuso de poder policial), violência na negligência de direitos (hospitais abandonados, escolas sucateadas), violência contra a população negra, entre outras. Os cidadãos e as cidadãs rioclarenses encontram-se cada vez mais sufocados pelas diversas formas de violência às quais estamos expostos e, mesmo assim, não vemos um interesse e capacidade do nosso governo articular mecanismos para resolver o problema. A força policial municipal, a GCM (Guarda Civil Municipal) encontra-se sucateada, hora sem gasolina para as viaturas, hora sem fardas para os guardas, hora sem receber salário por horas extras de trabalho (o qual rendeu uma greve recentemente). Acreditamos em uma **Guarda municipal fortalecida, envolvida na segurança pública municipal, com foco no atendimento cidadão e na garantia de direitos, com mais infraestrutura (equipamento, vestimenta, transporte, combustível).**

Temos que focar nossos esforços em medidas preventivas, que gerem oportunidades de formação e trabalho em áreas vulneráveis, evitando assim um aumento do desemprego e da criminalidade. Para isso é necessário **reforçar a formação em direitos humanos da Guarda Municipal, formação específica das guardas municipais para a violência contra a mulher e patrulha municipal “Maria da Penha”**, utilizando carros da guarda para atender mulheres em situação de violência.

As ruas estão cada vez mais vazias por causa do medo das pessoas e do abandono do governo para com os espaços públicos, por isso faremos a **retomada e revitalização dos espaços públicos através da recuperação dos equipamentos depredados e abandonados, além da iluminação desses ambientes.** Acreditamos na tecnologia como viés para garantir a segurança na cidade, com a **criação de um aplicativo de celular que conecte a população com a guarda civil municipal a fim de agilizar a comunicação e, conseqüentemente, o atendimento à população.**

Buscaremos **investir em crianças e jovens para prevenir a violência, oferecendo cursos profissionalizantes, programas que incentivem o lazer, atividades esportivas e culturais, além da implementação de uma política consistente para abrigos municipais, onde vivem crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual, violência doméstica e abandono,** gerando assim, resultados significativos para a área de segurança pública.

As pessoas com passagem pela polícia sofrem diversos tipos de discriminação e exclusão social, mesmo após o cumprimento da pena, fato que aumenta o percentual de reincidência no crime. Para sanar esse problema, **faremos a criação de uma política para regressos do sistema prisional de Rio Claro visando a assistência, inclusão e ressocialização dessas pessoas.**

Temos muita cautela com os espaços públicos, pois acreditamos que esses locais são as veias onde a cidade flui. Se a população está acoada dentro de casa, não

usufrui do espaço que lhe é de direito e não participa coletivamente de uma construção social, por isso criaremos **mais pontos fixos de vigilância de guardas civis municipais na cidade**, especialmente em praças públicas

Educação para a emancipação

Pauta mais que fundamental em nosso programa de governo, as propostas para a área da educação consistem em **criar mecanismos para a participação popular direta nas decisões governamentais**. Entendemos que é preciso investir em uma educação de qualidade, que possa ser o eixo condutor para uma sociedade mais autônoma e menos desigual, onde a horizontalidade guie as deliberações políticas de maneira que atenda a todos, prioritariamente as camadas mais vulneráveis.

Temos como prioridade **democratizar a gestão dos recursos da educação junto à comunidade escolar** (diretores, professores, pais e mães, grêmios estudantis), e também buscar a emancipação alimentar por meio de **hortas orgânicas educativas em creches e escolas**, que, além de abastecer escolas, permitirá aos alunos levarem uma cota dos alimentos produzidos para a casa.

É compromisso fundamental deste programa de governo promover a melhoria e otimização da vida do servidor público, neste caso, da área da educação. Por isso, acreditamos que atribuir aos profissionais da educação (professores, agentes e funcionários) o mesmo grau de importância/ classificação de risco que agentes da área de saúde possuem nos programas de vacinação e imunização ser torna oportuno a partir da **criação de um programa municipal de imunização específico para docentes e profissionais da área de educação**. Essa ação visa uma maior segurança para esses profissionais pois os mesmo ficam expostos a diversas doenças infectocontagiosas que podem cursar com gravidade nos adultos, sendo necessário um esquema vacinal específico em relação á população em geral.

Nosso compromisso é expandir a educação de alto nível para todas as classes sociais, gerando uma igualdade de oportunidades entre nossos jovens. Isso será possível através de um **programa municipal de erradicação de analfabetismo**, debatido e construído em **fóruns e formações sobre o currículo escolar de Rio Claro** com a participação efetiva de professores.

Para os jovens de ensino médio, implantar uma **rede municipal de cursinhos pré-vestibular populares**, para que todos os adolescentes estejam aptos ao ensino superior. A presença do campus da UNESP na cidade é uma grande oportunidade para diminuirmos a distância entre a escola pública e a universidade pública. Para isso precisamos de uma **maior participação e estreitamento da prefeitura com a UNESP Rio Claro em programas de extensão e aperfeiçoamento para a comunidade**.

Atualmente se reconhece que o ensino de libras (língua brasileira de sinais) nas escolas é uma ferramenta essencial para uma construção efetiva na formação de alunos com deficiência auditiva e para o estreitamento das relações aluno-professor,

aluno-aluno no meio escolar. Esse reconhecimento reforça cada vez mais a prática da **educação inclusiva**, norte das ações desse programa de governo, e fortalece o papel do professor como agente fundamental neste processo de ensino aprendizagem.

É papel também desse programa de governo **implementar a disciplina de Libras nas unidades educacionais** assim como **garantir todas as condições de inclusão das crianças e jovens com deficiência nas escolas**, desconstruindo o conceito de *normalidade*, que os coloca em patamar inferior, recluindo-os à ONGS e instituições específicas. E essas ações passam primordialmente pelo fortalecimento e (re)construção do currículo escolar voltado para a educação especial, por meio de **ações pedagógicas nas escolas, formação continuada de professores e contratação de mais profissionais para essa área.**

Questão de fundamental importância para o programa de governo está a **inclusão na íntegra da meta Meta 27** (que contempla os aspectos de sexualidade e gênero, raça e etnia, educação ambiental e musicalidade na reestruturação curricular) no plano municipal de educação.

Este programa de governo entende que a escola deve se **basear nos princípios da laicidade** e por meios de ações educativas e pedagógicas, contribuir para a amortização e extinção da desigualdade, do machismo, da homofobia, da transfobia, da lesbofobia e do racismo presentes em nossa sociedade. **Promover a inclusão da educação para a sexualidade no currículo do município de Rio Claro** é estar em consonância com o disposto nos temas transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e possibilitar aos profissionais da educação, a formação necessária para abranger não somente os aspectos biológicos da sexualidade humana, mas também vise à discussão dos aspectos sociais, culturais e históricos sobre o gênero, as mulheres e a população LGBT permitindo aos alunos, condições e conhecimentos para construir e lutar por uma sociedade mais justa e mais igualitária, onde todas as mulheres e homens, independentemente de seu credo, raça ou etnia, gênero ou orientação sexual, sejam respeitadas(os), ouvidas(os) enquanto indivíduos e seres humanos que são.

Nosso próximo eixo, cultura, está bastante relacionado com a educação, pois é um viés mais expansivo sobre a transmissão do conhecimento e a formação crítica do cidadão. Nesse elo entre educação e cultura, promoveremos a **ampliação dos CEUs privilegiando o espaço externo e arborizado**, com uma **política municipal de capacitação e profissionalização de jovens em produção e gestão cultural**, abrindo novos caminhos para a formação profissional para além de esferas burocráticas e industriais, como é o caso da Guarda Mirim, Senai, etc. Essa formação casada começa com a **ampliação de projetos culturais e desportivos no contra turno escolar**, desde a educação infantil até o ensino médio, com a prefeitura atuando em parceria com escolas estaduais.

Muitas crianças deixam de estudar em decorrência da distância entre a escola e a casa, por isso vamos garantir a **ampliação da oferta de transporte escolar e da sua frota de veículos**, investindo mais recursos advindos, por exemplo do programa Caminho da Escola. O acompanhamento das vagas em creches será feito por meio **da implantação de um portal público**, onde as mães possam saber qual

providência está sendo tomada pelo poder público para garantir o direito à educação de seus filhos.

Promoveremos a **participação democrática com poder deliberativo dos servidores municipais da educação no manejo dos fundos de manutenção e reforma das unidades educacionais**, para estabelecer um padrão aceitável da estrutura física das escolas e uma autonomia para os gestores e comunidade. Além de garantir investimentos estruturais, é preciso valorizar permanentemente os profissionais da educação.

Cultura

Uma cidade justa é uma cidade onde todas e todos tenham acesso a cultura. Queremos nossas crianças se expressando e brincando com a arte, o teatro, a música, a dança, a pintura, os esportes. Nesse sentido, a cultura tem papel fundamental até para diminuição da criminalidade e é decisiva para a promoção de uma sociabilidade mais fraterna, solidária e humana.

Acreditamos que **políticas de incentivo, infraestrutura, financiamento e promoção aos artistas, grupos, coletivos e produtores locais e independentes**, são fundamentais para garantir a continuidade dos projetos e estabilidade dos produtores. Buscaremos a **expansão da Cultura Viva e da rede de Pontos de Cultura** no município, com o acompanhamento municipal garantindo a efetivação e distribuição dos projetos nas diversas regiões da cidade.

Precisamos garantir a **revitalização e ampliação de espaços para usos culturais e coletivos**, para que a população possa usufruir do espaço público com garantia de qualidade e um mínimo de receptividade. Nos espaços públicos vamos criar a **Lei cidade colorida, que permitirá intervenções de artistas urbanos em prédios municipais**, trazendo mais cor e alegria para prédios que hoje parecem abandonados.

O centro cultural de uma cidade é o ponto de encontro de artistas, estudantes e apreciadores da cena cultural. Quando esse espaço está sucateado, com problemas de enchentes, mofos, infiltrações, goteiras, entendemos que a cidade não valoriza muito o patrimônio cultural. Isso afasta tanto os realizadores e promotores culturais, quanto o público, que espera um mínimo de conforto e condição de uso do espaço público. Vamos garantir o **fortalecimento e reestruturação do Centro Cultural de Rio Claro**, consultando a população e listando as principais demandas, de uma maneira em que contemple artistas e usuários dos projetos de cultura. É necessária a **democratização do uso do Centro Cultural de Rio Claro, priorizando os artistas e as artistas do município e espetáculos gratuitos**, para evitar que interesses políticos estejam vinculados à agenda cultural do município, dando espaço e voz para todas as expressões e movimentos artísticos da cidade.

Além do Centro Cultural, que é uma referência na cidade para todos os produtores, temos que buscar em paralelo a **descentralização dos projetos culturais**, para

que todos tenham acesso aos estudos artísticos, mesmo que morem longe do centro. Esse viés vai, tanto trazer pessoas do centro para ocupar espaços distantes, quanto criar laços entre comunidades de diferentes bairros. Vamos investir na **revitalização e informatização das bibliotecas municipais**, com **oferta de programas audiovisuais e artísticos nas escolas**, que busquem um sistema autônomo de produção e organização do patrimônio literário e cultural da cidade.

Além da formação cultural, temos como prioridade a difusão de diversas formas de cultura, levando conhecimento e entretenimento aos moradores do centro e dos extremos na cidade. Faremos isso com **sessões de cinema ao ar livre com incentivo aos coletivos culturais do município** e com o **Programa MÚSICA NAS PRAÇAS, priorizando os artistas e as artistas do município**.

Nossa meta para a cultura é que todos e todas tenham acesso, tanto à formação, quanto à difusão cultural, garantindo que o artista tenha incentivo e reconhecimento para realizar seu trabalho artístico e educativo.

Esporte e Lazer

Nosso município tem enfrentado nas últimas décadas um processo de sucateamento do espaço e materiais públicos. Fruto de administrações que não se importam com a manutenção e a construção das relações de convívio e manuseio do espaço público com os munícipes, o que se observa é o esquecimento e a deterioração de espaços fundamentais em nosso município como escolas e centros de práticas desportivas.

É parte desse programa de governo possibilitar a **ampliação e manutenção de espaços esportivos e academias ao ar livre** em consonância com as tendências de municípios modernos que aliam lazer, atividade física e qualidade de vida como paradigmas de um cidadão. Essas ações visam atender a todas as faixas etárias por meio do **incentivo a programas e campanhas de lazer e saúde para terceira idade**, a implantação de **projetos de formação esportiva nas periferias** por meio da construção de políticas regionalizadas abrangendo assim interesses e demandas de cada bairro e comunidade e o **apoio e desenvolvimento de categorias de base de modalidades esportivas** fortalecendo o esporte e a prática de atividades físicas em nosso município além da **reforma e ampliação de pistas de skate e demais práticas esportivas**.

O crescimento e fortalecimento das relações da prefeitura de Rio Claro com as demandas esportivas passa também por uma **maior transparência e revisão de fundos, repasses e subvenções para ligas e entidades esportivas** afim de se tornar mais claro e produtivo, as reais aplicações desse repasses na construção de políticas desportivas de interesse municipal.

As escolas merecem destaque nessa discussão por sua real importância no contexto municipal. Assim é esclarecido a necessidade da **aplicação de coberturas em quadras para todas as unidades escolares do município** visando a proteção

e otimização desses espaços para alunos e munícipes uma vez que tais locais permeiam atividades educativas, pedagógicas e de lazer de maneira integral por alunos e comunidades.

Este programa de governo entende que a **participação efetiva de professores e profissionais de educação física da rede municipal na compra e manejo de equipamentos e materiais para sua prática docente** é de suma importância, pois visa empoderar esse profissional (sabedor das reais demandas de seu ofício) de mecanismo que permitam promover a eficiência na escolha, uso e manutenção de equipamentos e materiais para sua prática nas mais diversas áreas de atuação profissional.

Anexo I - Diretrizes para atuação no legislativo

O Poder Legislativo tem, por previsão constitucional, as funções legislativa, fiscalizadora e de representação. Um mandato legislativo como pretende o PSOL, deve ser um vocalizador do povo, um defensor daqueles que trabalham, um agente promotor de transparência da coisa pública e de consciência política.

Devemos compreender que, na parte da legislação, o vereador não pode criar leis que gerarão despesas, essa natureza de leis é função do executivo. Desse modo, o vereador é, principalmente, um fiscalizador do uso correto e eficiente do dinheiro público, capaz sim de mudar os rumos da cidade.

Na parte de fiscalização, o vereador tem acesso e condições de investigar as contas e contratos da Prefeitura, suas autarquias e suas fundações. Essa função é crucial para a cidade. Atualmente, os vereadores não se esforçam para a grande fiscalização e todas as mazelas fiscais e contábeis passam “despercebidas”.

O mandato do PSOL irá trabalhar para o fortalecimento da consciência política do povo, não duvidando da sua capacidade e dialogando sobre as questões cruciais da cidade. É preciso discutir planejamento urbano e questão fiscal, diminuir a distância entre a população e o gerenciamento da máquina pública. Vamos garantir que o povo seja também um fiscalizador.

Nesse sentido, o mandato do PSOL é organizador das indignações populares, mas também, um facilitador da democracia e um agente incansável na divulgação e defesa dos projetos populares.

Queremos ressaltar, também, que na escolha do bom vereador ou vereadora é preciso olhar o partido em que ele está. Quem elege, é o coeficiente eleitoral, um fórmula matemática das eleições pelo sistema proporcional. Quando votamos no candidato a vereador, votamos também no partido e coligação do candidato. As velhas raposas e seus velhos partidos sabem muito bem disso. Escolhem seus candidatos, montam suas chapas, figurões mudam de partido, não poucas vezes, por mera conta matemática. Portanto, olhar a dezena inicial do número do candidato é primordial para mudar a política.

Por fim, o vereador ou a vereadora do PSOL é a garantia de fiscalização e vocalização dos anseios populares, será um lutador ou lutadora incansável, que não dará sossego para os velhos políticos que tentam mandar na cidade em benefícios da sua própria classe. O vereador e a vereadora do PSOL trabalhará para diminuir a distância entre a população e os seus sonhos.